



GT 058. Processos identitários étnicos, território e tradições de conhecimento

Claudia Mura (UFAL) - Coordenador/a, Edviges Marta Ioris (Universidade Federal de Santa Catarina) - Coordenador/a, Estêvão Martins Palitot (Departamento de Ciências Sociais UFPB) - Debatedor/a, Alexandra Barbosa da Silva (UFPB) - Debatedor/a, José Mauricio Paiva Andion Arruti (UNICAMP) - Debatedor/a

Com objetivo de dar continuidade ao debate iniciado na última RBA, este GT pretende reunir pesquisas etnográficas que focam os processos identitários étnicos e territoriais, com especial atenção às dinâmicas da organização social do conhecimento que os acompanham. Procura-se alimentar o espaço de diálogo e análise sobre o gerenciamento, distribuição e hierarquização do conhecimento em diferentes contextos experienciais (históricos e políticos) que definem específicas relações de poder e de modos de significação e elaboração étnica. Nesses termos, a proposta tem como base uma abordagem gerativa e comparativa, fundamentada nos desdobramentos analíticos de Barth para uma sociologia do conhecimento que visa esclarecer as formas como a diferenciação, a alteridade, é gerada e reproduzida através de constantes fluxos culturais. Serão valiosas as contribuições provenientes de investimentos empíricos que abordam os processos de mudança (sociais, políticos e econômicas), as elaborações de cosmologias e manifestações simbólicas, bem como os quadros morais que orientam as experiências individuais e coletivas no estabelecimento e gerenciamento das relações intra e interétnicas. Também bemvindas são as contribuições que abordam as unidades sociopolíticas em diferentes escalas, como famílias e/ou linhagens, e que analisam a forma como as alianças se efetivam no tempo e espaço -extravasando ou não o nível étnico-, assim como as variações na elaboração e sistematização dos fluxos culturais.

Construção e discussão sobre identidade quilombola e remanescente numa comunidade da região do Bico do Papagaio - Tocantins

Autoria: Rita de Cássia Domingues Lopes

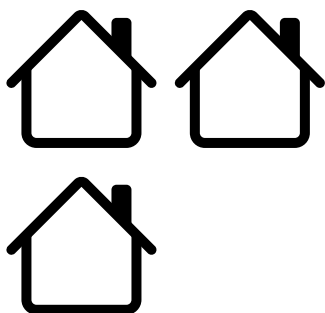
Para discussão sobre a construção da identidade quilombola e remanescente na Comunidade Remanescente de Quilombo Ilha de São Vicente, localizada no rio Araguaia, na região do Bico do Papagaio, norte do estado do Tocantins será utilizada informações obtidas durante o work de campo, partindo das observações direta e participante e entrevistas semiestruturadas. Esta comunidade assim como várias outras comunidades negras no Brasil assumiram a identidade quilombola após recuperar sua origem e suas histórias ao longo dos anos, e lutam pela garantia dos direitos assegurados pela Constituição Federal de 1988 que criou também esta nova categoria política e sociológica. Os resultados demonstram que são vários os elementos identitários observados entre os quais perpassam pelos territórios físico, ambiental e simbólico demonstrado nas relações sociais estabelecidas dentro e fora da comunidade. As identidades e as divisões a que os sujeitos estão envolvidos não são práticas neutras, mas sim permeadas por conflito e negociação, configurando uma questão de poder e de política. Assim, o grupo social constrói e dá significado ao lugar e às pessoas, e a comunidade quilombola da Ilha de São Vicente constrói sua identidade a partir dos vínculos com a terra, com a água (rio e lagoas), com o parentesco que unem as famílias entre si, além dos vínculos de afinidade. Esses vínculos fazem com que distinga entre si quem é ?remanescente? e quem é ?quilombola?. O pertencimento ao lugar, a memória de suas referências históricas de origem e os grupos de parentesco/afinidade garantem os elos que ligam as pessoas e estabelecem o pertencimento àquele lugar, onde estão por gerações e que



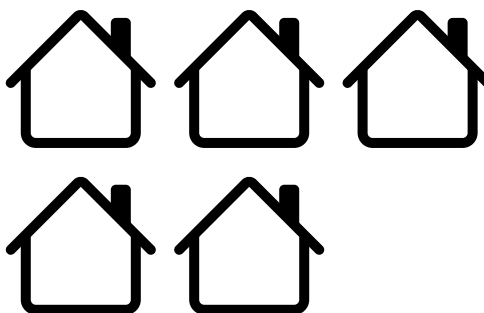
deve ser respeitado e garantido pelo Estado. A comunidade se autoidentificou quilombola em 2010 quando instaurou o processo de reivindicação pelo reconhecimento, enquanto, ?remanescentes de quilombo?, não somente para as questões referentes à garantia territorial, mas pelo direito às outras políticas públicas como educação e infraestrutura. Em 2018 registra-se 20 estudantes no ensino superior e depois de muitos anos lutando para ter energia elétrica, esta foi ligada na comunidade em maio. A comunidade recebeu a certificação da Fundação Cultural Palmares em 2010. Em 2011 entrou com o processo no INCRA-TO para titulação de suas terras depois que sofreram com o despejo provocado por um fazendeiro. Início de 2015 o RTID foi publicado e desde então o processo parou, considerando a situação sócio, política e econômica que o país vive hoje.



Realização:



Apoio:



Organização:

